

ÍNDICE

Abreviaturas	7
--------------------	---

INTRODUÇÃO: O PROBLEMA	9
------------------------------	---

PARTE I

A SUPERVISÃO CONSOLIDADA DOS GRUPOS FINANCEIROS

§1 A Empresa Financeira Plurissocietária	15
-------------------------------------------------------	-----------

<i>I. A Empresa Plurissocietária em Geral</i>	<i>15</i>
-----------------------------------------------------	-----------

1. Noção Geral e Elementos Definidores	15
----------------------------------------------	----

2. Importância Prática	17
------------------------------	----

3. Regulação Jurídica	19
-----------------------------	----

3.1. As Sociedades Coligadas: Conceito e Sentido Geral	20
--------------------------------------------------------------	----

3.2. As Sociedades Coligadas: Estrutura	22
-----------------------------------------------	----

3.2.1. O Cerne Regulatório: Grupos de Direito «versus» Grupos de Facto	23
---------------------------------------------------------------------------------	----

3.2.2. O Poder de Direcção da Sociedade-Mãe	24
---------------------------------------------------	----

4. A Empresa Plurissocietária como Fenómeno Jurídico Multidisciplinar ..	25
--------------------------------------------------------------------------	----

<i>II. A Emergência da Empresa Financeira Plurissocietária</i>	<i>27</i>
----------------------------------------------------------------------	-----------

1. Os Grupos Financeiros	28
--------------------------------	----

1.1. Noção Preliminar	28
-----------------------------	----

1.2. Razões da sua Constituição	29
---------------------------------------	----

1.3. Grupos Industriais, Financeiros e Mistos	33
-----------------------------------------------------	----

2. Regulação Jurídica: Breve Relance	34
2.1. Modelos Regulatórios no Direito Comparado	35
2.1.1. O Modelo Norte-Americano	36
2.1.2. O Modelo Comunitário	37
2.2. Direito Português	39
2.2.1. Titularidade de Participações por Empresas Financeiras	40
2.2.1.1. Tipos	40
2.2.1.2. Limites	42
2.2.2. Titularidade de Participações em Empresas Financeiras	45
2.2.2.1. A Idoneidade dos Detentores de Participações Qualificadas	45
2.2.2.2. Os Conflitos de Interesses	47
§2 A Supervisão em Base Consolidada dos Grupos Financeiros	50
I. <i>Noções Gerais</i>	50
1. Os Artigos 130.º a 138.º do RG	50
2. Fontes	51
2.1. As Directivas Comunitárias	51
2.2. Direito Internacional e Comparado	53
II. <i>Sentido e Enquadramento Sistemático</i>	54
1. A Supervisão das Empresas Financeiras	54
2. Riscos da Empresa Financeira Plurissocietária e sua Supervisão Consolidada	58
2.1. Multiplicação Artificial dos Fundos Próprios	59
2.2. Iliquidez e Insolvência	60
2.3. Contágio	61
III. <i>Âmbito de Aplicação: O Perímetro do Grupo Consolidado</i>	62
1. Âmbito Subjectivo	63
1.1. Entidades Consolidantes	63
1.2. Entidades Consolidadas	65
2. Âmbito Objectivo	66
2.1. Relação de Participação	67

2.2. Relação de Domínio	68
2.3. Outras Relações Relevantes	69
3. Âmbito Espacial	69
4. Síntese Conclusiva	71
IV. <i>Regime Jurídico</i>	73
1. O Objecto da Supervisão: a Situação Financeira Consolidada	73
2. Os Domínios da Supervisão Consolidada	75
2.1. Solvabilidade	75
2.2. Concentração de Riscos	78
2.3. Titularidade de Participações Sociais	80
2.4. Organização Interna	82
3. As Competências da Autoridade de Supervisão	84
3.1. Poderes: Natureza e Tipos	84
3.2. Colaboração Inter-Institucional	86

PARTE II

O PODER DE DIRECÇÃO DA EMPRESA-MÃE CONSOLIDANTE

§1 O Poder de Direcção e seu Enquadramento Jurídico-Societário	90
I. <i>A Natureza Jurídico-Societária das Empresas Financeiras</i>	91
1. As Empresas Financeiras como Sociedades Comerciais	91
2. As Empresas Financeiras como Tipos Societários Especiais	93
II. <i>A Administração da Empresa Financeira Plurissocietária</i>	95
1. A Administração das Empresas Financeiras: Conspecto Geral	96
2. A Administração das Empresas-Filhas Consolidadas	98
§2 O Poder de Direcção nos Grupos de Direito e de Facto	102
I. <i>O Poder de Direcção nos Grupos de Direito</i>	102
1. A Perda da Autonomia Organizativa e Patrimonial da Empresa-Filha	103
2. O Poder Legal de Direcção da Empresa-Mãe	104

2.1. Noção e Forma	105
2.2. Objecto	106
2.3. Limites	108
II. <i>O Poder de Direcção nos Grupos de Facto</i>	110
1. O Primado da Autonomia da Empresa-Filha	111
2. O Poder «Fáctico» de Direcção da Empresa-Mãe	111
2.1. O Poder de Direcção como «Poder de Facto»	112
2.2. O Poder de Direcção nos Vários Domínios Prudenciais	113
2.2.1. Supervisão Informativa e Inspectiva	113
2.2.2. Supervisão Preceptiva	115
III. <i>A Lacuna Regulatória: Subsídios para um Futuro Estatuto Jurídico-Prudencial Unitário dos Grupos Financeiros</i>	116
1. O Poder-Dever de Direcção e Coordenação da Empresa-Mãe	119
1.1. «Poder» de Direcção e Coordenação	120
1.2. «Dever» de Direcção e Coordenação	122
2. Medidas de Tutela das Empresas-Filhas	125
2.1. Publicidade e Informação: o Registo do Grupo	125
2.2. Limites ao Exercício do «Poder-Dever» da Empresa-Mãe: O Interesse da Estabilidade Prudencial do Grupo	127
2.3. Regulação das Incidências Intersocietárias e Intrasocietárias: A Disciplina dos Conflitos de Interesses como Exemplo	128
CONCLUSÕES	133
Bibliografia	141
Índice	151